

Para uma nova inserção externa

RUBENS A. BARBOSA

Modificações recentes de ordem política, econômica, tecnológica e financeira no sistema internacional e no cenário regional estão gradualmente alterando as tendências nas relações internacionais e regionais modernas.

A realidade na qual se insere o Brasil do limiar da década dos 90 caracteriza-se, por um lado, pela crescente superação do histórico antagonismo entre as superpotências e, por outro, pela já perceptível reestruturação econômica internacional, com reflexos, em especial, sobre a intensificação do processo de regionalização através da formação, mais ou menos fechada, de agrupamentos de países. O processo, em plena marcha, apresenta também outros desdobramentos, relacionados com o aparecimento de uma nova estrutura de produção derivada dos avanços tecnológicos e com a conformação de uma ordem econômica renovada.

A globalização, a interdependência, a ampliação do conceito e a politização do comércio internacional, a menor dependência dos países desenvolvidos em relação à mão-de-obra e às matérias-primas dos países em desenvolvimento, a prioridade dada ao Leste Europeu, a crescente perda de espaço político e econômico da América Latina, são

algumas das principais consequências dessas transformações.

A América Latina, dentro desse contexto negativo, viu ainda mais agravada sua situação econômica, financeira e social: deterioração da crise da dívida externa, aumento das transferências líquidas para o Exterior e do déficit público, redução das taxas de crescimento e de investimento, aceleração da inflação e queda de renda per capita e do PIB a níveis do começo da década; isolamento político, distanciamento tecnológico e interrupção dos fluxos de investimento.

Levando em conta as condições internas e as referidas transformações da economia internacional, o desafio que o Brasil enfrentará, no setor externo, nos próximos anos, será de ordem econômico-financeira, tecnológica e comercial, e passa pela redefinição de suas prioridades. As

O Brasil precisa redefinir as suas prioridades

vulnerabilidades da economia e a influência de fatores externos na formulação de políticas setoriais internas passaram a ter um peso significativo na política econômica do País. Como consequência, a atividade econômica externa deveria refletir uma visão estratégica de médio e longo prazo, com particular atenção à criação de condições políticas e econômicas

com vistas a assegurar a viabilidade do processo de desenvolvimento interno.

Dadas as condicionantes mundiais e regionais, dentro dessa visão estratégica, a nova inserção externa do Brasil, a partir da definição de nossos interesses neste momento, deveria desdobrar-se em duas frentes principais: de um lado, na busca de uma agenda construtiva com nossos parceiros industriais desenvolvidos, cujas perspectivas de crescimento na década dos 90 parecem promissoras. Não só com vistas a manter ou ampliar o acesso a esses mercados, como, sobretudo, à tecnologia e aos fluxos financeiros, e, de outro, no aprofundamento do processo de integração da América Latina.

Nesse particular, a médio e a longo prazo, o mercado regional, que, na virada do século, terá mais de 400 milhões de habitantes e um PIB de mais de um trilhão de dólares, poderá ser de grande significação para o Brasil. Sobretudo, se as dificuldades de acesso aos mercados mais dinâmicos, que hoje se esboçam, não permitirem a manutenção das altas taxas de crescimento das exportações para os países desenvolvidos (EUA/Canadá - CEE) que absorvem, hoje, 68% de nossos produ-

O mercado regional, tanto para bens, como para serviços, deve começar a ser encarado como uma ex-

tensão do mercado interno: como contrapartida, se deveria pensar no estabelecimento de efetivas preferências regionais e em uma política de investimento a fim de aumentar a oferta exportável dos países da região para o Brasil.

Ações concretas nos entendimentos que vierem a se processar dentro das referidas prioridades dessa nova inserção representarão um custo: uma gradual e seletiva abertura da economia que permita não só a redução dos desequilíbrios na balança comercial com os países da região, como a retomada dos investimentos e o acesso à tecnologia dos países desenvolvidos.

Nesse enfoque estratégico e pragmático, caberá papel de realce aos operadores econômicos nacionais. A aceitação nos custos dessa nova inserção permitirá ao setor privado modernizar-se, tornar-se mais competitivo e ajudar a redesenhar as funções do Estado na economia.

Chegou a hora de governo e setor privado, a partir de uma clara definição de nossos interesses, estabelecerem as bases de uma política econômica externa para os anos 90, com vistas à retomada do crescimento econômico, ao equacionamento do problema da dívida externa e à modernização do País.

Rubens A. Barbosa é conselheiro e representante permanente do Brasil junto à Aladi, em Montevideu.